



Jornal URBANITÁRIO

Ano XVIII - Agosto de 2026



Sintius cobra Sabesp após notificações indevidas e falhas em registro de ponto de trabalhadores

A Diretoria do Sindicato dos Urbanitários (Sintius) cobrou formalmente uma posição da Sabesp em razão das falhas e irregularidades nos novos procedimentos de controle de jornada que vêm prejudicando trabalhadores da Operação e Manutenção.

Mudanças em manuais internos tornaram o registro eletrônico inadequado para equipes de campo e ruas, fazendo com que funcio-

nários continuassem trabalhando normalmente com o aval de seus superiores, mas fossem tratados pelo sistema como ausentes.

A situação gerou descontos salariais indevidos, não pagamento de horas extras, perda de benefícios de alimentação e o envio alarmante de telegramas com ameaças de caracterização de abandono de emprego.

Na avaliação do Sintius,

transferir a culpa de falhas administrativas e sistêmicas para os empregados é inaceitável, ressaltando que o trabalhador deve ser tratado com respeito e dignidade.

Diante disso, o Sindicato exige o cancelamento imediato das notificações e avisos de abandono de emprego emitidos sem apuração prévia, a revisão de todos os registros e descontos indevidos, o pagamento das horas

extras e benefícios retroativos, e a criação de procedimentos de ponto compatíveis com a realidade operacional de campo,

O Sintius não se opõe a mecanismos eficientes de controle de jornada, mas repudia que falhas administrativas sejam usadas para penalizar quem está cumprindo suas funções. O Sindicato adotará todas as medidas cabíveis para garantir os direitos da categoria.

Trabalhadores da NovaLuz aprovam proposta do ACT 2026

Os empregados da NovaLuz aprovaram no dia 15 de julho, em assembleia realizada na sede da empresa, em Praia Grande, a proposta do novo ACT.

A votação foi conduzida pela Diretoria do Sintius, que apresentou à categoria os resultados das negociações com a empresa ao longo das últimas semanas.

Entre os principais pontos do ACT está o reajuste de 4% nos salários, além da correção de 4,84% no vale-alimentação (VA) e de 6% no vale-refeição (VR). A proposta aprovada também contempla a



ROGÉRIO MARQUES

Os trabalhadores terão uma correção de 4,84% no VA e de 6% no VR renovação das demais cláusulas negociadas entre as partes.

Outro destaque do novo

ACT é a criação da cláusula de dupla função. A partir de agora, os companheiros que exercem

funções operacionais e também dirigem veículos da NovaLuz passarão a receber um adicional mensal.

O benefício será de 5% sobre o salário nominal para quem conduz veículos leves e de 10% para os que dirigem veículos pesados.

O adicional será destinado exclusivamente aos trabalhadores que acumulam a atividade operacional com a condução de veículos, reconhecendo a responsabilidade adicional assumida durante a jornada de trabalho.

**INFORMATIVO DO
SINDICATO DOS
TRABALHADORES NAS
INDÚSTRIAS URBANAS
DE SANTOS, BAIXADA
SANTISTA, LITORAL
SUL E VALE DO RIBEIRA**

Impressão: Rocket Print
Tiragem: 2.000 exemplares

EXPEDIENTE

PRESIDENTE
Tanivaldo Monteiro Dantas

**SECRETÁRIO DE
COMUNICAÇÃO**
Ricardo Sales

**JORNALISTA
RESPONSÁVEL**
Sandro Thadeu
MTB 49.020



[www.instagram.com/
sintiusurbanitarios/](https://www.instagram.com/sintiusurbanitarios/)



[www.facebook.com/
urbanitariosantos](https://www.facebook.com/urbanitariosantos)



[www.youtube.com/
user/UrbanitariosSantos](https://www.youtube.com/user/UrbanitariosSantos)



(13) 99711-9388

SEDE - SANTOS

Rua São Paulo, 24/26, Vila Mathias
CEP 11075-330
Caixa Postal 564
Telefone: (13) 3226-3200

SUBSEDE DE REGISTRO

Rua Pariqueira-Açu 174, Vila
Tupi. CEP: 11900-000
Telefone: (13) 3821-3517
E-mail:
comunicacao.sintius@gmail.com
Site: www.sintius.org.br

DESCASO COM A POPULAÇÃO

Sintius acompanha ação por solução no abastecimento de água em Guarujá

REPRODUÇÃO/TV TRIBUNA

A crise no abastecimento de água em Guarujá voltou ao centro do debate após novos episódios de desabastecimento registrados nos últimos dias. Diante da situação, o Sintius intensificou o acompanhamento de uma ação civil pública de 2014 que resultou na condenação da companhia pela Justiça e continua em tramitação, com novas decisões relacionadas ao cumprimento da sentença.

O Departamento Jurídico do Sindicato acompanha a tramitação do processo atualmente em análise nas instâncias superiores, além de avaliar os impactos da decisão judicial para os trabalhadores e à população atendida.

A decisão judicial

Na sentença proferida pela 2ª Vara Cível de Guarujá, em maio de 2018, a Sabesp foi condenada a reparar integralmente os danos materiais sofridos pelos consumidores, incluindo danos emergentes e lucros cessantes, além do pagamento de indenização por dano moral coletivo, fixada inicialmente em R\$ 7 milhões.

A decisão determinou que a companhia mantenha a prestação contínua e adequada do serviço de abastecimento de água e, sempre que houver falhas técnicas, adote meios alternativos para garantir o fornecimento ininterrupto à população, sob pena de multa diária.

Ao analisar o recurso da empresa, em abril de 2023, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) reduziu a indenização por dano moral coletivo para R\$ 3 milhões e limitou a incidência acumulada



A falta de água em Guarujá dominou o noticiário local nos últimos dias

da multa diária, mas manteve a obrigação da Sabesp de assegurar a continuidade do abastecimento.

Plano de ação

Ao longo da tramitação, a Justiça determinou que a empresa apresentasse um plano capaz de normalizar o serviço. Em setembro de 2024, a Prefeitura exigiu o cumprimento da sentença. Em fevereiro deste ano, o TJSP manteve a aplicação de multa diária de R\$ 2 mil, limitada a R\$ 1 milhão, até que a Sabesp apresentasse um plano detalhado para enfrentar os problemas de abastecimento.

Um dos desdobramentos mais recentes ocorreu em 1º de julho, quando o Ministério Público de São Paulo (MPSP) contestou as justificativas apresentadas pela Sabesp, como os períodos de estiagem e o aumento da população durante a temporada de verão.

O órgão defendeu a realização de uma auditoria técnica independente, a ser conduzida pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp), para avaliar o plano de contingência apresentado pela companhia.

Reflexos à categoria

Na avaliação do Sintius, os fatos reconhecidos pela Justiça e os desdobramentos do processo também evidenciam problemas que impactam diretamente as condições de trabalho dos empregados da companhia.

Um sistema operando constantemente sob pressão aumenta a sobrecarga das equipes, amplia a necessidade de jornadas extraordinárias, eleva os riscos à saúde e à segurança dos trabalhadores e expõe os profissionais às reclamações da população por problemas decorrentes de decisões administrativas e da insuficiência de investimentos.

O Sintius afirma que continuará acompanhando o andamento da ação judicial, fiscalizando o cumprimento das determinações da Justiça e cobrando investimentos que garantam maior segurança operacional, melhores condições de trabalho aos empregados e um abastecimento de água adequado para a população.

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Sintius cobra do Estado reajustes retroativos dos aposentados e pensionistas G-Zero da Sabesp

O Sintius promoveu ajustes na estratégia jurídica da ação civil coletiva que busca garantir aos aposentados e pensionistas G-Zero da Sabesp o pagamento dos reajustes retroativos de 5,53%, referentes a 2025, e 4,39%, relativos a 2026. As mudanças foram realizadas para dar maior agilidade à tramitação do processo e facilitar a apuração dos valores devidos a cada beneficiário.

Uma das principais alterações foi a retirada da empresa do polo

passivo da ação. Assim o processo passa a ter como único réu o Estado, por meio da Fazenda Pública, responsável pelo pagamento das complementações. Essa medida busca concentrar a discussão sobre o pagamento diretamente na parte responsável pela obrigação financeira.

A ação segue apresentando o histórico relacionado à Sabesp e aos ACTs que fundamentam o pedido de reajuste e o direito à paridade dos aposentados e pensionistas.

Outro pedido apresentado pelo Sindicato à Justiça prevê que eventuais valores já pagos aos beneficiários, seja administrativamente ou por outros meios, sejam considerados nos cálculos finais.

O Sintius solicitou, ainda, que o próprio Estado de São Paulo apresente no processo os holerites e demais demonstrativos financeiros de todos os beneficiários do grupo G-Zero. A medida pretende facilitar a apuração individual das diferen-

ças, evitando que os aposentados tenham de reunir documentos referentes a vários anos para comprovar os valores recebidos e os reajustes que deixaram de ser aplicados.

Neste momento, os beneficiários não precisam adotar nenhuma medida individual. O Sindicato seguirá acompanhando a tramitação do processo e divulgará novas informações pelos seus canais oficiais sempre que houver decisões ou novos encaminhamentos relevantes.

Nova lei reconhece cidades que adotam políticas para população idosa

Cidades que adotarem políticas públicas voltadas à inclusão, à qualidade de vida e ao envelhecimento ativo da população idosa poderão receber o título de Cidade Amiga do Idoso. O reconhecimento foi criado pela Lei 15.476/2026, que entrou em vigor em 24 de julho.

Para obter o título, os municípios deverão demonstrar a existência de programas e iniciativas que estimulem a participação social, cultural e política das pessoas idosas. Serão avaliadas ações que ampliem o acesso desse público a serviços de qualidade e promo-

vam melhores condições de vida.

Entre os critérios considerados estão medidas relacionadas ao transporte, moradia, participação social, respeito e inclusão, participação cívica e acesso ao emprego, além da qualidade de prédios públicos e espaços abertos.

A concessão do reconhecimento ficará a cargo de um conselho formado por representantes dos governos federal, estaduais, distrital e municipais, além de entidades que representam a população idosa. O título terá validade de três anos.

Ex-diretor do Sintius, Fernando Duarte assume como representante titular do Comitê Gestor de Investimentos da CPFL

O ex-secretário geral do Sintius e trabalhador aposentado da CPFL Piratininga Fernando Duarte é o novo representante titular dos assistidos no Comitê Gestor de Investimentos dos planos PASP/Piratininga, PPCPFL e CD CPFL, administrados pela Vivest.

Duarte assumiu a função após a morte do companheiro Claudemir Sebastião Casarini, ex-diretor jurídico do Sinergia, ocorrida no dia 16 de julho. Ele era o primeiro suplente da chapa que assumiu o mandato em

março, para o triênio 2026-2029.

O comitê é responsável por discutir e acompanhar decisões estratégicas relacionadas à gestão e aos investimentos que impactam diretamente o futuro dos planos de previdência dos participantes.

O Sintius também está representado entre os participantes ativos no Comitê Gestor, com dois suplentes: o secretário geral Idyllo Matheus Martins Santos e o diretor de base Luiz Fernando de Almeida Coelho. O titular é Adriano Rosa, ligado ao Sinergia.

REPRODUÇÃO/FACEBOOK



Fernando Duarte já fez parte desse comitê e foi secretário geral do Sintius

SABESP

FOTOS: VALMOR BERNARDO



O Sindicato conversou com os trabalhadores da Sabesp e apresentou um panorama das principais ações desenvolvidas em defesa dos direitos da categoria

Diretoria visita unidades do Vale do Ribeira e reforça diálogo com a categoria

O presidente do Sintius, Tanivaldo Monteiro Dantas, e o secretário regional do Vale do Ribeira, Valmor Santos Bernardo Júnior, realizaram, na primeira quinzena de julho, uma série de visitas às unidades da Sabesp no Vale do Ribeira. A iniciativa teve como principal objetivo fortalecer o diálogo com os trabalhadores, ouvir sugestões e reivindicações da categoria e acompanhar de perto a realidade vivenciada pelos companheiros no dia a dia.

Durante os encontros, a Diretoria apresentou um panorama das principais ações desenvolvidas pelo Sindicato em defesa dos direitos dos companheiros, destacando a atuação nas negociações coletivas, o acompanhamento das demandas da categoria e o trabalho realizado nas áreas jurídica, política e institucional.

A agenda também permitiu discutir o cenário enfrentado pelos empregados da Sabesp desde a privatização da companhia. O Sindicato destacou que tem acom-

panhado o aumento das reclamações relacionadas às mudanças na gestão, à pressão sobre as equipes operacionais, à redução dos quadros de pessoal e às dificuldades enfrentadas nas unidades.

Outro tema abordado foi a gestão administrativa do Sindicato. Os trabalhadores receberam informações sobre as medidas adotadas pela atual Diretoria para garantir o equilíbrio financeiro do Sintius, manter os investimentos em serviços oferecidos à catego-

ria e superar os desafios impostos pelo cenário atual, sempre com responsabilidade, planejamento e compromisso com a boa aplicação dos recursos da entidade.

As visitas também serviram para reforçar a importância da participação dos trabalhadores na vida sindical. As reivindicações e sugestões apresentadas pelos trabalhadores serão encaminhadas às áreas competentes da Sabesp e passarão a integrar a pauta permanente de atuação do Sintius.

Sindicato assina acordo do PPR 2026

O Sintius e a Sabesp assinaram, em 20 de julho, o acordo do Programa de Participação nos Resultados (PPR) de 2026. O documento estabelece as regras para o pagamento desse benefício aos trabalhadores da companhia, que ocorrerá em abril de 2027.

Pelo acordo, o valor do PPR terá como referência 1,2 folha-base do salário de dezembro de 2026, caso todas as metas sejam integralmente atingidas. O pagamento poderá variar entre 0,96 da folha salarial (80% das metas) e 1,2 folha salarial (100% das

metas), de acordo com o desempenho da empresa nos indicadores previstos no programa.

Quem terá direito ao PPR?

Terão direito ao benefício os companheiros ativos e também aqueles que forem demitidos ao longo deste ano, desde que tenham trabalhado por, no mínimo, três meses na Sabesp. Nesses casos, o pagamento será proporcional ao período trabalhado, considerando 1/12 por mês.

Empregados afastados por benefícios do INSS também receberão o PPR de forma propor-

cional ao período efetivamente trabalhado. Já aqueles em licença-paternidade, licença-maternidade e licença por adoção terão direito ao pagamento integral. Os trabalhadores demitidos por justa causa até a data do pagamento não terão direito ao benefício.

Forma de cálculo

O valor do PPR dependerá do cumprimento de metas corporativas e operacionais definidas no acordo. Um dos principais critérios é o desempenho financeiro da empresa, medido pelo indicador EBIT-

DA. Caso a Sabesp não alcance pelo menos 90% dessa meta, não haverá pagamento do PPR.

Além do desempenho financeiro, o PPR considera indicadores ligados à expansão dos serviços de água e esgoto, qualidade da operação, reposição de pavimentos, redução de reclamações de falta d'água, controle de vazamentos e cumprimento das metas estabelecidas para as diretorias da empresa.

As metas serão acompanhadas e divulgadas trimestralmente pela Sabesp, permitindo que os trabalhadores acompanhem a evolução dos resultados ao longo do ano.

SABESP

Empresa terá de corrigir erro fiscal após ação do Sindicato

O Departamento Jurídico do Sintius conquistou mais uma importante vitória na Justiça do Trabalho em favor dos trabalhadores da Sabesp beneficiados pela ação coletiva do Adicional por Tempo de Serviço (ATS).

A decisão determina que a empresa corrija as informações fiscais enviadas ao eSocial e à Receita Federal, após o reconhecimento de que os dados foram prestados de forma incorreta pela companhia.

Na decisão, a juíza substituta da 2ª Vara do Trabalho de Santos, Norma Gabriela Oliveira dos Santos Moura, acolheu os argumentos apresentados pelo Sindicato e concluiu que os valores pagos em decorrência do acordo judicial deveriam ter sido informados pelo regime de Rendimentos Recebidos Acumuladamente (RRA), e não como rendimentos comuns.

Segundo o entendimento da magistrada, a responsabilidade pela correta prestação dessas informações é exclusivamente da fonte pagadora, não poden-



IMAGEM GERADA POR IA

do os trabalhadores ser penalizados por um erro da empresa. As inconsistências provocaram transtornos a centenas de empregados, que tiveram suas declarações do Imposto de Renda retidas na malha fina e passaram a enfrentar dificuldades para regularizar sua situação fiscal.

Com a decisão, a Sabesp terá prazo de 30 dias para retificar as

informações encaminhadas aos órgãos fiscais, reenquadrar os pagamentos no regime correto de RRA e fornecer novos comprovantes de rendimentos aos trabalhadores.

Em caso de descumprimento da ordem judicial, a empresa estará sujeita ao pagamento de multa diária de R\$ 1 mil, limitada inicialmente a R\$ 50 mil. O resultado é fruto da atuação do

advogado Sergio Antonio de Aruda Fabiano Neto, que demonstrou à Justiça os impactos causados pelas informações fiscais incorretas e sustentou que cabia exclusivamente à Sabesp promover a retificação dos dados.

Orientação aos trabalhadores

Os trabalhadores que tiveram a declaração do Imposto de Renda retida em malha fina ou enfrentam pendências junto à Receita Federal em razão dos valores recebidos na ação do ATS podem apresentar esta decisão judicial ao seu contador.

O documento comprova que a Justiça reconheceu o erro nas informações prestadas pela Sabesp e determinou a retificação dos dados fiscais, permitindo que cada profissional avalie as providências mais adequadas para cada caso até que a empresa cumpra integralmente a decisão judicial.

O Sintius continuará prestando suporte jurídico à categoria e manterá os companheiros informados sobre os próximos desdobramentos do processo.

Sintius e Sabesp discutem correções e ajustes no PCS

Representantes da Diretoria do Sintius e do Departamento Jurídico da entidade participaram, no dia 29 de julho, de uma reunião com a direção da Sabesp e o setor jurídico da companhia para discutir ajustes no atual Plano de Cargos e Salários (PCS). O objetivo é solucionar pendências que vêm gerando impactos na rotina dos trabalhadores e trazer mais segurança aos processos internos.

Durante esse diálogo, foram debatidas medidas para adequar as funções exercidas pelos empregados, revisar movimentações internas, atualizar os Códigos Brasileiros de Ocupação (CBOs), analisar transferências de setores ou cidades, além de eliminar a chamada "faixa de vacância", uma das principais reivindicações apresentadas pelo Sindicato. A expectativa é que as alterações contribuam para corrigir distorções

e proporcionar maior clareza nas regras do plano de carreira.

Na avaliação do Sintius, a adequação do PCS é fundamental para garantir mais tranquilidade aos companheiros, evitando interpretações divergentes e assegurando que as movimentações funcionais ocorram de forma transparente e compatível com as atividades efetivamente desempenhadas.

O Sintius orienta todos aqueles

que estejam enfrentando qualquer situação relacionada ao atual PCS, como enquadramento de função, movimentação interna, CBO ou outras inconsistências, a procurarem o diretor de base ou representante sindical de sua unidade. O objetivo é reunir os casos, encaminhá-los à Sabesp e buscar a correção dessas pendências o mais rápido possível, garantindo que nenhum trabalhador seja prejudicado.

ISA ENERGIA BRASIL

Proposta da PLR 2026 é aprovada em assembleia

Os trabalhadores da ISA Energia Brasil aprovaram, em assembleia realizada no dia 28 de julho, em Cubatão, a proposta de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) apresentada pela empresa.

A decisão foi tomada por maioria dos empregados, encerrando o processo de negociação conduzido pelo Sintius e pelas demais entidades representativas da categoria.

Com a aprovação, a empresa

informou que o pagamento da PLR está previsto para ocorrer no dia 28 de agosto.

A Diretoria do Sindicato agradece a participação da categoria na assembleia e reafirma seu compromisso de acompanhar o cumprimento do acordo, assim como seguir defendendo os interesses dos trabalhadores em todas as etapas das negociações coletivas.

Mais uma vez, a participação dos companheiros demonstra



ROGÉRIO MARQUES

O pagamento da PLR 2026 será feito ainda neste mês

que uma categoria mobilizada construção de suas conquistas e e unida tem papel decisivo na para encarar os desafios.

Primeira rodada de negociação do ACT termina com rejeição à proposta econômica da empresa

A primeira rodada de negociação do ACT 2026/2027 entre a ISA Energia Brasil e os sindicatos que representam os trabalhadores foi realizada no dia 6 de agosto, em formato híbrido. Durante o encontro, o Sintius e as demais entidades rejeitaram a proposta econômica apresentada pela empresa, por considerá-la insuficiente para atender às reivindicações da categoria.

Na pauta econômica, a companhia propôs reajuste de 4,67% nos salários, com aplicação retroativa à data-base de 1º de junho, assim como para os demais itens econômicos e financeiros que vierem a ser negociados no ACT.

A ISA Energia Brasil também informou que a vigência do acordo será definida conforme o período negociado entre as partes e propôs que o adiantamento do 13º salário seja pago em 15 de janeiro de 2027.

Apesar do impasse na questão salarial, a reunião registrou avanços na discussão de cláusulas sociais. Temas históricos defendidos pelas entidades sindicais, como o combate ao assédio no ambiente de trabalho e questões relacionadas ao plano de saúde, passaram a integrar a pauta de negociações.

Outro ponto apresentado pela empresa diz respeito às regras para compensação de horas extras. A proposta prevê que as horas extras remuneradas com adicional de 100% possam ser compensadas por meio de folga em até sete dias. Caso a compensação não ocorra nesse prazo, o pagamento será realizado conforme determina a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Já as horas extras com adicional de 50% passariam a ser destinadas ao banco de horas, com compensação em até 120 dias. A empresa também propôs a padro-

IMAGEM GERADA POR IA



nização da redação do ACT para unificar a nomenclatura dos cargos técnicos e operacionais.

As próximas rodadas de negociação já estão agendadas para os dias 13, 19, 25 e 27 de agosto.

CPFL PIRATININGA

Trabalhadores aprovam novo ACT e acordo sobre PLR 2026 e 2027

Por maioria de votos, os trabalhadores da CPFL Piratininga aprovaram, na noite do dia 6 de agosto, em assembleia realizada na sede do Sintius, a proposta do ACT 2026/2028 e da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2026 e 2027. Esse ato representa o desfecho positivo de uma negociação marcada por intensa mobilização das entidades sindicais e importantes avanços conquistados em favor da categoria.

O resultado foi construído após um longo período de negociação. O penúltimo capítulo dessa novela ocorreu no dia 21 de julho, em Campinas, que se estendeu por cerca de 11 horas. Durante todo o encontro, o Sintius e os demais sindicatos que representam os trabalhadores mantiveram uma atuação firme para ampliar a proposta inicialmente apresentada pela companhia, garantindo melhorias tanto nas cláusulas econômicas quanto nas sociais.

Os salários serão reajustados em 4,72%, índice correspondente ao IPCA, com o mesmo per-



RICARDO SALES

A assembleia de aprovação dos acordos foi realizada em 6 de agosto

tual sendo aplicado aos pisos salariais, auxílio-creche, gratificação de férias, política de emprego, lanche para realização de horas extras, benefícios da agência de atendimento e aos aprendizes.

O vale-refeição e o vale-alimentação terão reajuste de 5,72%, enquanto o vale-natal será de R\$ 600,00 composto por R\$ 400,00 de valor fixo e R\$ 200,00 de abono excepcional. Também foi aceita a sugestão que o pagamento de dezembro do vale-alimentação, vale-refeição e vale-natal ocorrerá até o dia 15.

Outro avanço considerado histórico foi a inclusão, pela primeira vez, de uma cláusula específica de combate ao assédio no ACT. A medida prevê mecanismos de prevenção, acompanhamento e enfrentamento de situações de assédio no ambiente de trabalho, fortalecendo a proteção aos empregados.

O ACT também assegura a manutenção da vigência por dois anos. Para 2027, ficou garantido o reajuste dos salários e benefícios pela variação do IPCA, além da elevação do vale-natal para R\$ 900,00 sendo R\$ 400,00 de valor fixo e

R\$ 500,00 de abono excepcional. O acordo prevê, ainda, a criação, em 2027, de um programa de aposentadoria para implementação em 2028, destinado aos empregados com idade mínima de 55 anos e, pelo menos, dez anos de empresa.

PLR 2026

Os trabalhadores também aprovaram a proposta da PLR 2026, que estabelece target de 1,9 salário e Valor Mínimo de Referência (VMR) de R\$ 7.500,00, além da exclusão da linha de corte anteriormente utilizada para acesso ao valor mínimo do benefício. O pagamento será realizado em duas etapas: uma antecipação em 18 de setembro e a parcela final em 20 de abril de 2027.

Um avanço importante foi a definição de que, no indicador Client Score, o atingimento de 75% da meta será suficiente para garantir o pagamento integral desse indicador. Para 2027, o acordo mantém o target de 1,9 salário e eleva o VMR para R\$ 8 mil.

ATUAÇÃO SINDICAL

Sintius debate pautas dos trabalhadores e desenvolvimento regional

O Sintius recebeu, no dia 10 de agosto, o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Moisés Selerges Jr. e o vereador de Santos Chico Nogueira, que são candidatos a deputado federal e estadual, respectivamente. Os dois conversaram com integrantes da Diretoria da entidade sobre temas relacionados à representação dos trabalhadores, desenvolvimento regional e atuação política.

Um dos principais assuntos discutidos foi a necessidade de uma bancada no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa

mais alinhada aos trabalhadores. Na avaliação dos diretores do Sintius, existem grupos organizados em torno de diferentes setores e interesses, como as bancadas do agronegócio, da segurança pública e do sistema financeiro, mas não haveria uma articulação consolidada com foco específico nas demandas dos assalariados.

No encontro, foram debatidas propostas para o desenvolvimento econômico da Baixada Santista, incluindo um planejamento estratégico para a região.

O encontro permitiu ainda



SANDRO THADEU

Moisés Selerges Jr. e Chico Nogueira ouviram as demandas da categoria apresentar as demandas dos urbanitários da Baixada Santista e do Vale do Ribeira e reforçar a importância da participação dos trabalhadores na discussão e formulação de políticas públicas.

CETESB

Sintius conquista importante vitória na Justiça do Trabalho

O Departamento Jurídico do Sintius obteve uma importante vitória na Justiça do Trabalho em ação civil coletiva movida em defesa dos trabalhadores da Cetesb da Baixada Santista e Vale do Ribeira. Em decisão de primeira instância, a Justiça reconheceu o direito dos empregados às promoções por antiguidade referentes ao período anterior à Reforma Trabalhista de 2017.

As principais alegações apresentadas pela empresa foram rejeitadas e houve o entendimento de que o Plano de Carreira deixou de observar a alternância entre os critérios de merecimento e antiguidade, exigida pela CLT antes da alteração promovida pela Lei 13.467/2017.

A decisão também aplicou o entendimento firmado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) no Tema 194, reforçando a tese sustentada pelo Sindicato.

Como consequência, a Cetesb foi condenada ao pagamento das diferenças salariais decorrentes das promoções por antiguidade que deixaram de ser concedidas, além dos reflexos legais. Os valores devidos serão apurados posteriormente, na fase de liquidação individual da sentença, para cada trabalhador beneficiado pela ação coletiva.

A decisão é resultado da atuação do advogado do Sintius Sergio Antônio de Arruda Fabiano Neto, responsável pela condução da ação. Ao longo do processo, o Sindicato sustentou que o plano de carreira adotado pela empresa não atendia às exigências legais vigentes à época, tese acolhida pela Justiça.

Embora ainda caiba recurso ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), o Sintius considera a decisão um importante avanço na defesa dos direitos dos empregados da

IMAGEM GERADA POR IA



Cetesb e informa que continuará acompanhando o processo até o seu julgamento definitivo, adotando todas as medidas necessárias para buscar o reconhecimento integral dos direitos da categoria.

SINTIUS +

NOVA PARCERIA

MAIS BENEFÍCIOS PARA VOCÊ!

VANTAGENS EXCLUSIVAS PARA SÓCIOS DO SINTIUS!

O SINTIUS fechou parceria com o **CLUB DE FÉRIAS**, o maior clube de hospedagens do Brasil!

DESCONTOS DE ATÉ 40%* EM HOSPEDAGENS EM TODO O PAÍS!

- São centenas de opções de hospedagens em destinos incríveis
- Economia de até 40% em relação aos valores praticados no mercado
- Para você, sua família e seus amigos
- Mais lazer, mais viagens e mais qualidade de vida com preços especiais!

O MAIOR CLUBE DE HOSPEDAGENS DO BRASIL!

FALE AGORA COM UM DE NOSSOS CONSULTORES!

É FÁCIL, RÁPIDO E SEGURO!

MAIS INFORMAÇÕES:

SITE: www.clubdeferias.com.br www.clubdeferias.tur.br

PARCERIA SÉRIA E CONFIÁVEL

SÓCIO DO SINTIUS TEM MAIS VANTAGENS DENTRO E FORA DO TRABALHO!

**Consulte condições no site.*

CLUB DE FÉRIAS

PRAIAS

CIDADES

RESORTS

NATUREZA

E MUITO MAIS!

ATENDIMENTO RÁPIDO E ESPECIALIZADO!

11) 99872-4807 **11) 91183-8079**

11) 91021-9834 **11) 93498-1585**

Juntos somos mais fortes!

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DE SANTOS, BAIXADA SANTISTA, LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AOS INTERESSADOS RELACIONADOS ABAIXO

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Santos, Baixada Santista, Litoral Sul e Vale do Ribeira - SINTIUS, na qualidade de substituto processual, CONVOCA os 20 (vinte) beneficiários abaixo relacionados para comparecerem à sede da entidade, até o dia 15 de outubro de 2026, de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 17h30, munidos de documento oficial com foto e CPF, para a regularização cadastral e interesses jurídicos relacionados à ação coletiva.

Beneficiários convocados: Alcides Ribeiro; Antonio Pereira da Silva; Átila Aparecido da Silva; Barbara Rocha Pereira; Bianca da Silva Souza; Celso Norberto Rodrigues; Eduardo Neri; Geny Ghirelli; Gideon Gomes; Hilton da Silva Santos; Iranildo José Guimaraes; Joaquim Cavalcante Barbosa; João Elcio Martins; José Roberto Vasconcellos; Manoel Francisco da Silva; Marcos Antonio de Lima; Mary Alves da Silva; Rafael Echamendi G. Giachello; Victor Alves de Lima Netto; Wilson Roberto dos Santos.

O presente edital é publicado em razão da impossibilidade de localização dos beneficiários pelos meios ordinários, visando assegurar a publicidade do ato, a transparência e o exercício do direito. Decorrido o prazo acima sem manifestação, o SINTIUS adotará as providências cabíveis.

Santos, 07 de julho de 2026

TANIVALDO MONTEIRO DANTAS - Presidente

Falecimentos

Alaide das Neves Souza - Pensionista/Sabesp - Falecida em 27/4/2025

Irene Gomes de Oliveira - Pensionista/Sabesp - Falecida em 4/10/2025

Geruza Correia Rodrigues - Pensionista/Eletropaulo - Falecida em 16/6/2026

Marciliano da Silva - Aposentado/Sabesp - Falecido em 7/7/2026

Wanderley Galvão da Silva - Aposentado/Eletropaulo - Falecido em 13/7/2026

Manoel de Abreu dos Santos - Aposentado/Eletropaulo - Falecido em 26/7/2026

Josefa Gabriel da Silva - Pensionista/Sabesp - Falecida em 28/7/2026

Deolindo Trigo de Aquino - Aposentado/Sabesp - Falecido em 9/8/2026